

SOJA: BAHIA TAMBÉM FOI MUITO ATINGIDA PELA FERRUGEM, DIZ EMBRAPA

15/04/2003 – (AE AGRO)

São Paulo, 15 - As regiões mais afetadas pela ferrugem asiática este ano foram Mato Grosso e Bahia, segundo o pesquisador da Embrapa Soja José Tadashi Yorinori. Ele calcula a perda dos produtores baianos em 415 mil toneladas. O excesso de umidade também prejudica a colheita na Bahia. De acordo com Tadashi, Bahia e Mato Grosso juntos acumulam prejuízo de US\$ 350 milhões com a ferrugem asiática, considerando apenas a produção perdida. O custo da prevenção e controle da doença, apenas nos dois Estados, foi calculado pelo pesquisador em US\$ 500 milhões, considerando uma média de duas aplicações de fungicidas. "Em algumas áreas o produtor fez até 13 aplicações", salienta. Nos demais Estados com ocorrência de ferrugem, o prejuízo com a produção perdida alcançaria US\$ 150 milhões. "Até o momento nós estimamos o prejuízo total gerado pela ferrugem asiática no País em US\$ 1 bilhão", diz Tadashi. Em sua última incursão pelo cerrado, na semana passada, Tadashi tomou conhecimento da ocorrência de ferrugem em plantações do Maranhão. "Isso nos permite concluir que a ferrugem está presente em todo o território nacional. Talvez ainda não tenha atingido apenas lavouras de Roraima, a norte do rio Amazonas". João Baumer

N.	Notícia
1.	ARGENTINA: RURALISTAS ROMPEM COM DUHALDE POR CAUSA DE IMPOSTOS
2.	ARGENTINA: IMPOSTOS DO SETOR AGRÍCOLA NÃO SERÃO ABATIDOS – DUHALDE
3.	ARGENTINA: PRODUTORES INTERROMPEM DIÁLOGO COM GOVERNO
4.	PRESIDENTE LULA VAI LANÇAR O SEGURO-SAFRA EM PERNAMBUCO
5.	RODRIGUES: R\$ 800 MI LIBERADOS PARA MODERFROTA AINDA NÃO ACABARAM
6.	RODRIGUES ESPERA APROVAÇÃO RÁPIDA DO PROJETO DE SEGURO RURAL
7.	RODRIGUES DIZ QUE TRÊS PONTOS DESAFIAM A AGRICULTURA
8.	SALDO DO AGRONEGÓCIO SERÁ DE US\$ 22 BILHÕES ATÉ O FIM DO ANO, DIZ MINISTRO
9.	SECEX: NO NORDESTE, RIO GRANDE DO NORTE FOI QUEM MAIS DIVERSIFICOU
10.	DEFENSIVOS: BASF ESTIMA AUMENTAR VENDAS MUNDIAIS EM ATÉ 15%
11.	DEFENSIVOS: BASF INVESTE E AMPLIA FÁBRICA EM GUARATINGUETÁ
12.	PREÇO DO ARROZ SOBE EM PLENA SAFRA NO SUL
13.	BOI: RECEITA FEDERAL ESTÁ FISCALIZANDO FRIGORÍFICOS DO PAÍS
14.	RECEITA ESTABELECE ALVOS PRINCIPAIS DA FISCALIZAÇÃO

N.	Notícia
	ESTE ANO
15.	ALGODÃO: EUA BLOQUEIAM INDICAÇÃO DE MEDIADOR PARA PAINEL COM O BRASIL
16.	GRÃOS/EUA: INFESTAÇÃO DE INSETOS PREOCUPA PRODUTORES DO KANSAS
17.	BIOTECNOLOGIA: SEMINÁRIO REÚNE CIENTISTAS E EMPRESÁRIOS NA ÍNDIA
18.	CANA: SETOR JÁ CRITICA CÂMARA SETORIAL SUCROALCOOLEIRA
19.	PRODUÇÃO DA COPEBRÁS EM CATALÃO SUBSTITUIRÁ IMPORTAÇÕES DE FERTILIZANTES
20.	SOJA: EMBRAPA ESTIMA PERDA DE QUASE 2 MILHÕES DE TONELADAS EM MT
21.	MILHO: CORÉIA COMPRA 208 MIL T DE ORIGEM OPCIONAL PARA AGO/SET
22.	CAFÉ: PRESIDENTE DO CNC DEFENDE REDUÇÃO DAS TAXAS DE JUROS
23.	CAFÉ: ABICS SUGERE ADOÇÃO DE MECANISMO DE DRAW-BACK PARA SETOR
24.	CAFÉ: PULITI SUGERE CONCESSÃO BÔNUS P/ CAFEICULTOR ADIMPLENTE
25.	SOJA: 1ª CARGA DO BRASIL ESPERA PERMISSÃO DE QUARENTENA NA CHINA
26.	SOJA TRANSGÊNICA É VENDIDA SEM CERTIFICAÇÃO
27.	CONHEÇA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO PARA AGREGAÇÃO DE VALOR À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - PRODECOOP

15/04/2003 - ARGENTINA: RURALISTAS ROMPEM COM DUHALDE POR CAUSA DE IMPOSTOS

Buenos Aires, 15 - As principais entidades representativas do setor agropecuário romperam o diálogo com o governo depois de ouvirem do presidente Eduardo Duhalde que "não haverá postergações" nem mudanças no pagamento do Imposto de Renda, como reivindicam os ruralistas. "Não podemos avançar em benefícios à um setor", sentenciou Duhalde, gerando a divulgação de um comunicado oficial das entidades, no qual "repudiam a atitude do governo de desconhecer as legítimas reclamações fiscais e financeiras do campo e anunciam a interrupção do diálogo com as atuais autoridades até que assumam a nova administração". Assinado pelos presidentes das Confederações Rurais, Sociedade Rural, Federação Agrária e Conniagro, o comunicado acusa o presidente Duhalde de executar "uma política econômica que dá as costas à produção e menos ainda sem continuidade". Também marca que "durante meses reclamamos uma atitude sensata, de alento à produção, porque demonstramos ser o setor que dinamizou a economia e exibiu os mais rápidos índices de recuperação nesta crise sem precedente". Em tom de desabafo, os representantes do setor reclamam que "suportamos as mudanças das regras do jogo na economia em plena campanha agrícola; nos dolarizamos os insumos arbitrariamente; discriminaram o setor com uma alíquota diferencial no IVA, agravado por uma absurda modificação de seu regime de retenções, nos confiscam o capital sem permitir a aplicação de um ajuste no Imposto de Rendas e não respeitam os direitos adquiridos no refinanciamento do Banco Nación". As entidades lembraram que o setor é "o motor que alimenta a esperança de superar a difícil realidade que vivemos os argentinos" e criticaram o governo ao dizer que "o campo aporta, somente por retenções (impostos às exportações), 6,4 bilhões de pesos anuais, não pode haver fome na Argentina", além de destacar que a "política econômica só persegue o objetivo de aumentar a arrecadação fiscal". Por último, "exigem um compromisso dos candidatos à Presidência" que tornem público que "a produção e o desenvolvimento são uma prioridade de política de Estado". Marina Guimarães

15/04/2003 - ARGENTINA: IMPOSTOS DO SETOR AGRÍCOLA NÃO SERÃO ABATIDOS – DUHALDE

São Paulo, 15 - O presidente da Argentina, Eduardo Duhalde, disse hoje que não vai abater os impostos dos produtores como era esperado. De acordo com Duhalde, que deixa a presidência em 25 de maio, não seria justo amenizar os impostos dos produtores, enquanto outros setores têm queixas semelhantes. Durante um encontro com os produtores em 3 de abril, Duhalde prometeu alterar a maneira como os impostos de valor agregado (IVA) são aplicados sobre a renda dos produtores. Na ocasião, segundo participantes da reunião, o presidente também prometeu dar aos produtores mais 90 dias para o pagamento do imposto de renda. Ele disse ainda que iria pressionar o Banco de La Nacional a facilitar o pagamento das dívidas de 6 milhões de pesos pelos produtores. No entanto, a declaração de hoje foi bem diferente. "Não haverá prolongamento do imposto de renda. A Argentina é um dos países do mundo onde as pessoas pagam o menor volume de imposto de renda. Nós não podemos nos antecipar em dar o benefício a um setor porque há outros setores com tributos muito mais duros do que os do setor agrícola", disse Duhalde. (segue) Karina Luccas

15/04/2003 - ARGENTINA: PRODUTORES INTERROMPEM DIÁLOGO COM GOVERNO

São Paulo, 15 - Em relação ao Banco de La Nacion, Duhalde disse que ainda pretende discutir com o banco uma maneira de amenizar a coleta da dívida dos agricultores. No entanto, um grupo que participou da reunião com Duhalde, disse que a promessa não passa de "meras palavras". "Nós repudiamos a atitude do governo em não reconhecer a legitimidade das queixas fiscais e financeiras dos produtores", disse o grupo. Minutos depois de ouvir as palavras de Duhalde na rede nacional de televisão, os principais grupos agrícolas argentinos pediram uma coletiva de imprensa para dizer que não iriam mais falar com o governo de Duhalde. "Nós rompemos o diálogo com o governo até decidirmos o contrário. O presidente nos prometeu uma coisa há duas semanas e agora fez algo completamente diferente", disse Eduardo Buzzi, presidente da Federação Agrária Argentina. Os produtores dizem que a desvalorização do peso distorceu o "valor verdadeiro" de seus estoques de grãos, oleaginosas e gado. Além disso, eles dizem que como o governo não permite que eles utilizem o índice da inflação para calcular os tributos em cima de estoques e receita, eles vão perder milhões de pesos a cada ano. Pelo sistema atual, os produtores pagam 21% de IVA quando compram insumos, mas recebem apenas metade (10,5%) de reintegro quando vendem a produção de grãos. Desta forma, se o tributo fosse indexado à inflação e esta estivesse alta, o reintegro poderia ser maior. No início de 2002, Duhalde implementou um imposto de 20% a 23,5% sobre as exportações da maior parte de grãos e oleaginosas, respectivamente. De acordo com a Federação Agrária Argentina, os impostos custam aos produtores 6,4 bilhões de pesos anualmente. As informações são da Dow Jones. (fim) Karina Luccas

15/04/2003 - PRESIDENTE LULA VAI LANÇAR O SEGURO-SAFRA EM PERNAMBUCO

17:02 Brasília, 15/4/2003 (Agência Brasil - ABr) - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva viaja, no próximo dia 25, para o município de Buíque (PE), onde fará o lançamento do Programa Seguro-Safra. Este ano, o Seguro-Safra vai garantir uma renda total de R\$ 475,00, por seis meses, aos produtores dos estados do semi-árido nordestino, norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri que perderem entre 50% e 100% de sua safra de milho, arroz, feijão, mandioca e algodão.

No total, devem ser beneficiadas cerca de 550 mil famílias que têm renda anual de, no máximo, R\$ 1,5 mil e, para este ano, o governo federal já reservou R\$ 52 milhões para o programa. As informações são do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, em entrevista exclusiva à Radiobrás que vai ao ar, logo mais, na Voz do Brasil.

Segundo o ministro, os agricultores dos estados interessados em aderir ao seguro devem procurar, até o dia 30 deste mês, a prefeitura ou o Conselho de Desenvolvimento Rural de seu município. A pressa se justifica porque a safra 2002/2003 já foi plantada e a adesão deve ser feita antes da colheita total. Uma vez comprovada sua condição de agricultor, ele poderá aderir ao programa mediante pagamento de uma taxa de R\$ 6,00. "O objetivo do governo Lula é valorizar o agricultor familiar, reduzir a pobreza rural no campo e garantir qualidade de vida ao produtor", informou Miguel Rosseto. Ana Paula Marra

15/04/2003 -- RODRIGUES: R\$ 800 MI LIBERADOS PARA MODERFROTA AINDA NÃO ACABARAM]

Ribeirão Preto, 15 - O Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, afirmou ontem, no 1º Congresso Nacional de Biodiesel, que é uma "desmedida" a projeção feita pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), de que seria necessária a liberação de R\$ 3 bilhões do Moderfrota para satisfazer a demanda de máquinas agrícolas no País este ano. Segundo Rodrigues, os R\$ 800 milhões liberados no início deste ano ainda não acabaram. "Vamos estudar qualquer proposta. Espero anunciar alguma novidade na Agrishow. Vamos negociar até lá", disse Rodrigues. (fim) Gustavo Porto

15/04/2003 - RODRIGUES ESPERA APROVAÇÃO RÁPIDA DO PROJETO DE SEGURO RURAL]

São Paulo, 15 - O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, afirmou há pouco durante audiência conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais do Senado, que espera uma aprovação rápida do projeto de lei que estabelecerá seguro rural no País. Na avaliação do ministro é injustificável um País do porte do Brasil ainda não ter um mecanismo desta natureza que pode beneficiar o setor agrícola. Diante da expectativa de uma aceleração na tramitação do projeto que já está no Congresso, Rodrigues informou que ontem em São Paulo ele teve uma reunião com representantes da Febraban, do Irb (Instituto de Resseguros do Brasil) e outras entidades de resseguros internacionais para dar início a um grupo de trabalho que será responsável pela regulamentação do seguro rural no Brasil. Segundo o ministro, o seguro rural é uma "prioridade zero" para o setor agrícola brasileiro. Durante a apresentação aos senadores, Rodrigues afirmou que os desafios que sua pasta terá que enfrentar nos próximos anos são o programa Fome Zero, o aumento do consumo interno de alimentos, a geração de empregos no setor e a proteção da agricultura familiar. Para enfrentar esses desafios o Ministério agirá em 3 frentes de trabalho: políticas públicas, que incluem principalmente a implementação do seguro rural; organização das cadeias produtivas, que já conta com o Conselho Nacional do agronegócio, e negociações internacionais, com ênfase na Alca e as relações entre União Européia e Mercosul. Rodrigues disse ainda que os problemas que vêm sendo enfrentados para a aprovação de uma pauta sobre temas agrícolas junto a OMC coloca em risco a próxima rodada da organização que terá reunião em setembro em Cancún, no México. Concluindo, o ministro disse a guerra do Iraque gerou uma certa divisão na União Européia que poderá, de alguma forma, beneficiar o Brasil. Isso porque, segundo ele, a UE terá que fazer uma ação de reordenamento de seus países, o que poderá gerar ações contrárias às posições defendidas pelos Estados Unidos nas negociações. "Talvez isso se traduza em ações que flexibilizem as negociações agrícolas entre a UE e o Mercosul, dificultando, por outro lado, o debate do tema na Alca", conclui. Renato Andrade

15/04/2003 - RODRIGUES DIZ QUE TRÊS PONTOS DESAFIAM A AGRICULTURA

13:04 Brasília, 15/4/2003 (Agência Brasil - ABr) - O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, destacou na Comissão de Assuntos Social e Econômico do Senado que três pontos desafiam o ministério. O primeiro, conforme Rodrigues, é o Programa Fome Zero que exigirá 3 milhões de hectares a mais de produção de alimentos no país. O segundo é a geração de novos empregos no campo e, por último, a questão ambiental com a sustentabilidade do processo produtivo, com uso de tecnologias modernas.

Segundo o ministro, essas ações serão desenvolvidas em três grandes blocos: um relacionado às políticas públicas; o outro à reorganização das cadeias produtivas; e o terceiro relacionado às negociações internacionais. Na questão das negociações internacionais, o ministro explicou que serão trabalhados quatro principais cenários: a Organização Mundial de Comércio (OMC); a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); a União Européia; e as Relações Bilaterais com outros países. Daniela Cunha

15/04/2003 - SALDO DO AGRONEGÓCIO SERÁ DE US\$ 22 BILHÕES ATÉ O FIM DO ANO, DIZ MINISTRO

14:37 Brasília, 15/4/2003 (Agência Brasil - ABr) - O ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, que participou, na manhã de hoje, de audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e Econômicos do Senado, anunciou que até o fim de 2003 o saldo do agronegócio brasileiro será de US\$ 22 bilhões, e a safrinha de milho chegará a 10 milhões de toneladas colhidas durante o ano. Segundo o ministro, esse é um recorde, desde a última maior safrinha, de 6,9 milhões de toneladas, em 1999.

Outro ponto destacado pelo ministro foi o seguro rural, que segundo ele, necessita da aprovação do projeto de lei em discussão no Congresso, para que seja aprovado o mais rapidamente no Brasil e funcione como um instrumento fundamental para comercialização na Agricultura. Rodrigues defendeu também um programa de renda mínima para o agricultor brasileiro. Além disso, ele destacou o programa de biocombustível como uma alternativa importante que precisa avançar. Daniela Cunha

15/04/2003 - SECEX: NO NORDESTE, RIO GRANDE DO NORTE FOI QUEM MAIS DIVERSIFICOU]

Brasília, 15 - Na região Nordeste, a Secex verificou que os Estados mais dinâmicos foram aqueles que efetuaram "profundas modificações" em sua pauta exportadora. O Rio Grande do Norte, por exemplo, que tinha na lagosta e na castanha de caju os principais produtos em 1990 (38% das exportações), atualmente tem como item mais importante o camarão em cativo (21% das vendas externas em 2002). Também aumentaram de forma significativa as exportações de frutas, confecções, pescado, petróleo e produtos de confeitaria. O mesmo efeito ocorreu no Ceará e Na Paraíba. Já os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão e Alagoas apresentaram taxas de crescimento menor que a nacional. Por sua vez, Sergipe e Pernambuco tiveram queda nas suas vendas externas nos últimos 12 anos. Renata Veríssimo

15/04/2003 - DEFENSIVOS: BASF ESTIMA AUMENTAR VENDAS MUNDIAIS EM ATÉ 15%]

São Paulo, 15 - Conforme a projeção da Basf, 2003 será um ano de recuperação. A expectativa tem a ver com o ajuste dos estoques tanto na indústria quanto no campo, que em 2001 e 2002 atrapalharam as vendas. Em 2002, o faturamento somou US\$ 3 bilhões,

15% a menos que em 2001. "Neste ano, cresceremos 15% mundialmente e 25% no Brasil", afirmou Marques. Os motivos para o incremento das vendas no Brasil, que no ano passado somaram US\$ 214,5 milhões, 65% do total na América Latina, ficarão por conta de sete lançamentos, dos quais seis fungicidas para hortifrutis e um herbicida para arroz, área que deverá render US\$ 15 milhões. Já a família inseticidas e fungicidas Fipronil, adquirida da Bayer por US\$ 1,185 bilhão, deverá agregar outros US\$ 60 milhões à receita local. "Queremos 15% do mercado de agro no Brasil este ano", revelou o diretor da Basf. Além do acréscimo de três pontos percentuais sobre a fatia que possuía em 2002, a Basf terá bons resultados também se a previsão do governo se concretizar: a safra de grão em 2003 deverá somar 110 milhões de toneladas ante o desempenho de 98 milhões toneladas, em 2002, que se igualou ao de 2001. Viviane Motin

15/04/2003 - DEFENSIVOS: BASF INVESTE E AMPLIA FÁBRICA EM GUARATINGUETÁ (SP)

São Paulo, 15 - Até meados deste ano, a divisão Agro da Basf deverá anunciar a entrada em operação de uma nova unidade no País. Uma antiga fábrica de defensivos, em Guaratinguetá, ganhou investimentos para expansão e modernização. Com isso, a Basf pretende consolidar ainda mais a posição brasileira como plataforma de exportação mundial seja de princípios ativos, de maior valor agregado, ou de formulações. Hoje, as unidades brasileiras - em Resende(RJ) está a maior da Basf - conseguem fabricar 12 dos 90 princípios ativos usados nas formulações. Com o início da operação da unidade reformada, prevista para meados deste ano, o portfólio de moléculas ativas fabricadas no Brasil deverá ser ampliado, adiantou o gerente de marketing de Agro da Basf no Brasil, David Accordi Tassára. O investimento não foi revelado pela Basf, que pretende anunciá-lo juntamente com a divulgação da nova produção. E o resultado estará longe de nacionalizar em 100% a produção local, missão impossível para qualquer companhia globalizada, que mantém centros de excelência e escala para cada princípios ativos - é o caso da química em geral. Para a Basf, os resultados mais imediatos da nova operação serão vistos em um maior equilíbrio da balança comercial cotada em volume. Segundo o diretor de Negócios Agro da Basf no Brasil, Mauricio Marques, as importações em volume superam 50% do total de vendas. Já as exportações, em 2002, somaram 45% das vendas totais em volume. "O novo investimento manterá as vendas externas para a América Latina e aumentará significativamente as exportações para a Europa e os Estados Unidos", previu Marques. Viviane Mottin

15/04/2003 - PREÇO DO ARROZ SOBE EM PLENA SAFRA NO SUL (Mauro Zafalon, da Folha de S.Paulo)

"Em toda a minha vida, dedicada ao arroz, nunca vi o produto subir de preço em plena safra." O desabafo é de José Antônio Ribeiro Nogueira, da Comal Arroz Ltda., de Mogi das Cruzes (SP). Os consumidores vão sentir rapidamente no bolso os efeitos do que diz Nogueira. Em plena safra, a saca de arroz em casca já supera os R\$ 30 no Rio Grande do Sul e não há produto para comprar. Esse valor está bem acima dos R\$ 15 a R\$ 16 do mesmo período do ano passado. Os motivos da alta são vários e passam pelo clima, mercado internacional, produtores nacionais, quebra de safra e até pelo governo. Em um ano em que o país deverá consumir mais arroz, inclusive com o incentivo dos programas sociais do governo, a safra se mostra cada vez menor com o desenrolar da colheita. Esperava-se para o Rio Grande do Sul, o principal produtor do tipo agulhinha _o preferido dos paulistas_, uma safra de 5,5 milhões de toneladas. As estimativas mais pessimistas já prevêem 4,2 milhões de toneladas. É cedo para uma avaliação da safra, mas com certeza o volume não passará de 4,8 milhões de toneladas, segundo analistas do mercado.

A possibilidade de quebra de safra já era prevista desde o plantio. Pelo menos 80% da área de arroz no Sul foi semeada fora do período ideal devido a problemas climáticos, diz o analista Romeu Fiod. Nos últimos dias, um novo fator de quebra foi agregado ao

setor: o frio intenso.

A demanda de arroz no Brasil é sempre suprida pela Argentina e pelo Uruguai. Com a desvalorização do real em 1999, o produto desses países ficou menos competitivo no mercado brasileiro e os produtores argentinos e uruguaios diminuíram o volume da safra. Em 1999, a Argentina produziu 1,7 milhão de toneladas, e o Uruguai, 1,3 milhão de toneladas. Para este ano, as estimativas são de 791 mil e 945 mil toneladas, respectivamente. Além de uma produção menor em relação aos anos anteriores, a Argentina e o Uruguai sofrem os mesmos efeitos climáticos do Brasil e também deverão ter quebra de safra. Além disso, o Uruguai, país que tem 800 mil toneladas de arroz para exportar neste ano, buscou novos parceiros comerciais após a perda de competitividade de seu produto no mercado brasileiro. O Mercosul produziu 14,6 milhões de toneladas de arroz em 1999 e consumiu 12,8 milhões. Neste ano, deverá produzir 12,8 milhões, o mesmo volume previsto para o consumo. A quebra de safra ocorre em um período em que o governo está totalmente sem estoque de arroz agulhinha. Os estoques terminaram em novembro do ano passado. Sem os leilões do governo, produtores e intermediários que dispõem do produto podem elevar os preços até a paridade de importação.

Produto em falta

A alta dos preços em plena safra tem sido um desastre para as indústrias. Estão sem estoques e não conseguem produto para comprar, mesmo pagando caro. Fernando Zaia, diretor comercial da Brasília Alimentos, de Santa Cruz do Rio Pardo (SP), diz que "o cenário é complicado". A saca de arroz em casca já bateu nos R\$ 30, mesmo preço do arroz norte-americano. A tonelada de arroz dos EUA, que já subiu 37% neste ano em dólar, está a US\$ 166. A esse valor, e com o câmbio a R\$ 3,20, a saca do produto importado sai a R\$ 30, empatando com o nacional, diz Zaia.

Vilmondes da Silva, do Deagro (Departamento de Abastecimento Agropecuário), diz que os motivos da alta são vários, mas que um deles depende também da boa organização e da capitalização dos produtores do setor.

Para Fiod e Zaia, o governo só tem uma saída no momento: eliminar as alíquotas de importação. Vilmondes diz que o governo está acompanhando passo a passo a situação do arroz, mas não vai tomar nenhuma medida antes de saber exatamente qual é a quebra da safra. Por isso, os técnicos da Conab estão em campo coletando dados e, na próxima semana, deverão ser divulgados novos números sobre o setor

15/04/2003 - BOI: RECEITA FEDERAL ESTÁ FISCALIZANDO FRIGORÍFICOS DO PAÍS

Brasília, 15 - A Receita Federal está realizando uma grande operação de fiscalização nos frigoríficos. Segundo o coordenador-geral de Fiscalização da Receita Federal, Paulo Ricardo de Souza, o resultado da fiscalização vem causando "surpresa" para os fiscais. "Temos empresas desse setor cuja movimentação de dinheiro é astronômica e incompatível com o valor declarado", disse ele. Segundo o coordenador da Receita, os 75 grandes frigoríficos do País movimentaram, em 1999, valores 15 vezes superiores ao seu faturamento médio. O trabalho de fiscalização ainda não foi concluído. O resultados preliminares até agora são de empresas com menor faturamento. As grandes empresas ainda estão sendo fiscalizadas. Paulo Ricardo explicou são irregularidades na aquisição de matéria-prima dos pecuaristas, como também dos compradores dos produtos vendidos pelos frigoríficos. Essas duas pontas do negócio também estão na mira dos fiscais da Receita. Adriana Fernandes

15/04/2003 - RECEITA ESTABELECE ALVOS PRINCIPAIS DA FISCALIZAÇÃO ESTE ANO

Brasília, 15 - As empresas dos setores de construção civil, de bebidas, produtos metalmeccânicos, embalagens, cigarros e produtos frigoríficos são os alvos principais da fiscalização da Receita Federal neste ano. Segundo o coordenador-geral de Fiscalização da Receita Federal, Paulo Ricardo de Souza, existem hoje 10.200 ações fiscais em andamento que deverão aumentar ainda mais os valores das autuações neste segundo trimestre. "Nos próximos meses, esperamos obter resultados ainda mais significativos", disse Paulo Ricardo de Souza, ao divulgar o balanço da fiscalização feita pela Receita no primeiro trimestre. As empresas foram autuadas em R\$ 5,5 bilhões nos três primeiros meses do ano. No mesmo período do ano passado, o valor as autuações nas empresas foi de R\$ 3,4 bilhões. Segundo o coordenador, as entidades de previdência privada, as filantrópicas e as empresas que se beneficiaram de incentivos fiscais das extintas Sudam e Sudene também estão na mira dos fiscais. "Identificamos muitas irregularidades nesses incentivos", disse Paulo Ricardo. Segundo ele, as fraudes mais comuns são a emissão de notas frias, empresas que não fizeram o investimento para o qual receberam o incentivo e desvio de recursos para outras finalidades. Adriana Fernandes 18h03

15/04/2003 - ALGODÃO: EUA BLOQUEIAM INDICAÇÃO DE MEDIADOR PARA PAINEL COM O BRASIL

Genebra, 15 - Apesar do Brasil ter recorrido à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios dos Estados Unidos ao setor de algodão há mais de um mês, a Casa Branca está conseguindo retardar ao máximo o início das investigações contra sua política. Hoje, Washington bloqueou, pela terceira vez, a tentativa do Brasil de pedir que um facilitador independente indicado pela OMC inicie a coleta de dados sobre os subsídios dados pela Casa Branca aos produtores norte-americanos de algodão. O Brasil argumenta que os subsídios dados pelos Estados Unidos a seus produtores estão afetando as exportações nacionais de algodão. O Itamaraty acusa os produtores norte-americanos de estarem deslocando as vendas brasileiras de terceiros mercados e ainda contribuindo para a deterioração dos preços da commodity. Mas para que a investigação da OMC pudesse contar com informações precisas sobre a ajuda de Washington a seus produtores, o Brasil pediu que fosse estabelecido um facilitador que teria a autoridade de pedir informações ao governo dos Estados Unidos e fornecê-las aos árbitros que cuidarão do processo. Segundo diplomatas brasileiros, o fato de os Estados Unidos não estarem atendendo ao pedido do País não impede que o processo continue e que seja estabelecido um grupo de três árbitros para avaliar as práticas norte-americanas. A diferença, porém, é que agora o Brasil terá que ir em busca das informações sobre os subsídios, que não estão disponíveis e que poderão ser contestados pelo próprio governo dos Estados Unidos em sua futura defesa perante aos árbitros. Diante da inflexibilidade dos Estados Unidos em aceitarem um ator independente no processo, representantes da União Européia e de outros países pediram a palavra para criticarem o comportamento dos norte-americanos. O próprio Brasil fez questões de afirmar que os Estados Unidos estão violando os princípios da OMC de cooperarem quando uma disputa é aberta. Jamil Chade

15/04/2003 - GRÃOS/EUA: INFESTAÇÃO DE INSETOS PREOCUPA PRODUTORES DO KANSAS

São Paulo, 15 - Os produtores de sorgo e milho do estado norte-americano do Kansas estão preocupados com a infestação de "chinch bug", conhecido como percevejo-das-gramíneas no Brasil, que se alastra pelo estado devido ao clima seco, informou ontem o entomologista Jeff Whitworth, da Universidade de Kansas City. "A grande população de chinch bug é mais comum durante a primavera por causa do clima mais seco que o normal", informou Whitworth. Os ataques de "chinch bugs" costumam ocorrer em ciclos de 7 a 10 anos, quando o clima na primavera fica mais seco do que o normal, de acordo com o entomologista. Nos anos em que o clima ficou mais úmido, como em 1993 e 1995, houve menor ocorrência de ataques do inseto. Mas desde este período, a população de "chinch bugs" aumentou bastante em regiões produtoras onde milho e sorgo são plantados adjacentes aos campos de trigo, afirmou Whitworth. Mesmo com as chuvas que caíram recentemente no estado do Kansas, a região ainda sofre com a forte seca. Este período de seca, que teve início em 2001, aumentou a atividade do inseto, especialmente na área central do Kansas. "E a tendência é de que esta atividade perdure até a primavera de 2003, especialmente se o clima seco persistir até o mês de junho", disse Whitworth. "Quando a primavera de clima mais ameno começa, o inseto adulto deixa seu abrigo e ataca as lavouras de trigo, aveia e cevada em busca de alimento". Com isso, diz o entomologista, lavouras inteiras são prejudicadas. As informações são da Dow Jones. Fabíola Gomes

15/04/2003 - BIOTECNOLOGIA: SEMINÁRIO REÚNE CIENTISTAS E EMPRESÁRIOS NA ÍNDIA

São Paulo, 15 - Começou hoje na Índia, o "Bangalore Bio 2003", que vai discutir temas como organismos geneticamente modificados, doenças infecciosas e a necessidade de tecnologia para acabar com a desnutrição no país. O evento, que conta com a participação de cientistas, empresários e representantes de 20 países, terá duração de três dias. Bangalore, capital de Karnataka, é o centro tecnológico da Índia, abrigando mais de 70 empresas de biotecnologia. Kiran Mazumdar-Shaw, que presidirá um painel (comitê) de especialistas em biotecnologia, disse que a demanda por produtos de biotecnologia para combater doenças, melhorar a nutrição e a produtividade das lavouras da Índia vai ser "acelerada". O evento, que incluirá um debate público sobre transgênicos, acontece

justamente quando o governo começa a considerar a possibilidade de cultivar lavouras geneticamente modificadas numa tentativa de aliviar a fome no país, além de melhorar o valor nutritivo das plantas. A Índia consome aproximadamente US\$ 2 bilhões em produtos geneticamente alterados a cada ano. A estimativa é de que a demanda atinja US\$ 4 bilhões até 2010. As informações são da Dow Jones. Fabiola Gomes

15/04/2003 - CANA: SETOR JÁ CRITICA CÂMARA SETORIAL SUCROALCOOLEIRA

Ribeirão Preto, 15 - O grande número de entidades fora do setor e de integrantes da recém-criada câmara setorial sucroalcooleira do Conselho Nacional do Agronegócio (Consagro) já gera críticas de produtores de açúcar e de álcool ligados à União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica). A entidade vai questionar na reunião de amanhã com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, a indicação de membros de entidade que sequer têm relação com o setor para o braço do Consagro, órgão que pretende, segundo afirmou o próprio ministro, formular uma política agrícola para o País. O setor avalia que é difícil chegar a um resultado concreto diante de tantos representantes e temem que a câmara setorial sucroalcooleira se torne um "centro de vagação". (fim) Gustavo Porto

15/04/2003 - PRODUÇÃO DA COPEBRÁS EM CATALÃO SUBSTITUIRÁ IMPORTAÇÕES DE FERTILIZANTES

07:07 Catalão (GO), 15/04/2003 (Agência Brasil - ABr) - O novo complexo industrial da Companhia Petroquímica Brasileira (Copebrás) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurará às 13h30 em Catalão (GO), na sua primeira viagem ao estado de Goiás desde que assumiu a Presidência da República, é considerado pelo governo estadual um marco estratégico da produção de fertilizantes.

A unidade possibilitará a substituição de cerca de US\$ 80 milhões anuais em importações de insumos fosfóricos pelo Brasil. Com a inauguração, a produção de concentrados de minério de fósforo - matéria prima dos fertilizantes fosfatados - que hoje é de 600 mil toneladas por ano, vai dobrar para 1, 2 milhões anuais.

A duplicação na capacidade produtiva é apenas um dos benefícios do novo complexo. Segundo o presidente da Copebrás no Brasil, Nelson Pereira dos Reis, a nova unidade vai gerar 600 empregos diretos e cerca de três mil indiretos na região, o que, na sua avaliação, explica em parte a boa vontade do presidente em participar da inauguração da obra.

O presidente da Copebrás lembrou ainda que o aumento da produção de fertilizantes tem ligação direta com o crescimento da produção de alimentos no país, o que é um ponto positivo para os planos do presidente Lula no combate à fome. "A expectativa (da visita do presidente) é muito grande, principalmente neste momento em que a tônica central do presidente está voltada para o programa de alimentação. Nós todos sabemos que fertilizantes são insumos fundamentais para o aumento da produção de alimentos. Por si só, ele participa com mais de 50% do incremento da produtividade dos alimentos", disse.

Antes da inauguração da nova unidade, 80% da exploração de minério de fósforo da mina da empresa em Goiás eram enviados à unidade de Cubatão (SP) para ser processados. Com o novo complexo, todo o trabalho - desde a mineração do fósforo até a produção final de fertilizantes e fosfato para alimentação animal - será feito em Catalão. Os fertilizantes serão usados para suprir a demanda do setor agrícola de Goiás e do Centro-Oeste. Com 700 metros quadrados, a obra demorou mais de dois anos para ficar pronta.

Os investimentos de US\$ 140 milhões foram financiados em cerca de 50% pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que também libera recursos para os oito projetos sociais desenvolvidos pela Copebrás nos municípios de Catalão e Ouvidor. Entre os programas de atendimento social da região estão o Hospital Materno Infantil de Catalão, a creche municipal que atende 150 crianças e os equipamentos da Casa de Idosos de Ouvidor. Raquel Ribeiro

15/04/2003 - SOJA: EMBRAPA ESTIMA PERDA DE QUASE 2 MILHÕES DE TONELADAS EM MT

São Paulo, 15 - A safra de soja de Mato Grosso, principal Estado produtor do grão no Brasil, terá uma perda em torno de 15% da colheita prevista inicialmente, em torno de 12,5 milhões de toneladas. O excesso de chuvas verificado desde a segunda quinzena de março e a infestação pela doença fúngica conhecida como ferrugem asiática são os fatores de prejuízo. O engenheiro agrônomo José Tadashi Yorinori, pesquisador da Embrapa Soja, diz que a ferrugem está presente em 100% das áreas de lavoura de Mato Grosso, e só ela responderá por uma perda em torno de 1,8 milhão de toneladas este ano. A umidade excessiva também provoca perdas aos produtores mato-grossenses, pois impede a colheita e os grãos apodrecem na lavoura. Tadashi diz que não há registro de volume tão grande e constante de chuvas em março/abril no passado sobre Mato Grosso, onde algumas lavouras ficaram prontas para colheita há 30 dias e estão apodrecendo no campo. "As indústrias estão refugando cargas por causa do alto teor de grãos ardidos (apodrecidos)", ressalta o pesquisador. As plantações estiveram menos sujeitas às doenças de final de ciclo este ano, em razão das aplicações preventivas contra a ferrugem, que também protegem as plantas contra outros fungos. Uma das principais preocupações se refere à oferta de sementes em Mato Grosso para o próximo plantio. "Talvez o Estado não consiga produzir este ano 35% da sua necessidade de sementes, por causa das chuvas", calcula Tadashi. O diretor superintendente da Fundação Mato Grosso (FMT), Dario Hiromoto, admite que as perdas no Estado podem chegar a 1,4 milhão de toneladas, com prejuízo financeiro acima de US\$ 200 milhões. "O ataque da ferrugem é muito veloz, poderíamos ter perdido 4 ou 5 milhões de toneladas", explica. Mesmo informados sobre ações preventivas e de controle da ferrugem, muitos produtores adiaram ao máximo o tratamento das lavouras, o que ocasionou o prejuízo. "O produtor aprendeu com o prejuízo, mas faremos campanhas para o controle da ferrugem na próxima safra", diz Hiromoto. João Baumer

15/04/2003 - MILHO: CORÉIA COMPRA 208 MIL T DE ORIGEM OPCIONAL PARA AGO/SET

São Paulo, 15 - A Associação de Ração Animal da Coréia quer comprar 208 mil toneladas de milho em uma concorrência, dizem traders em Seul. A entidade procura ofertas da China, América do Sul e Estados Unidos. Serão lotes iguais de 52 mil t para entrega em Inchon nos dias 10 e 15 de agosto, 10 e 25 de setembro. Em Pusan, a associação comprou 52.500 t de milho chinês em negócios

privados no dia 3 último, da trading Top Glory, a US\$ 113,25/t CIF, além da taxa de US\$ 0,75/t para entrega nos portos. As entregas em Pusan e Ulsan serão nos dias 25 de junho a 15 de julho. As informações são da Dow Jones. Érica Junghans
15 de abril de 2003 11h41

15/04/2003 - CAFÉ: PRESIDENTE DO CNC DEFENDE REDUÇÃO DAS TAXAS DE JUROS

Brasília, 15 - O presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Oswaldo Henrique Paiva Ribeiro, defendeu hoje a redução dos juros nos financiamentos com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), os quais passaram recentemente de 8,5% para atuais 13%. "A cafeicultura não consegue agüentar juros nesse nível", afirmou. Ribeiro defendeu a antecipação do lançamento dos contratos de opções de venda ao governo a R\$ 220 a saca de 60 kg de café arábica, com exercício em julho. O governo promete opções com exercício em setembro. Ribeiro disse que os valores para o exercício das opções foram calculados com base no custo de produção estimado pela Embrapa, de R\$ 196/sc para o arábica e R\$ 108/sc para o robusta. Para Oswaldo Henrique, é fundamental a liberação de recursos para comercialização da safra. Isso porque o produtor colhe os grãos em quatro meses, mas pode levar até 24 meses para comercializar o seu produto no mercado interno. Ele também defendeu a adoção de mecanismos que permitam o ordenamento da oferta de café. Para o longo prazo, o presidente do CNC sugere um programa estratégico que fortaleça a produção, possibilite a reestruturação do Conselho Deliberativo de Política cafeeira (CDPC) e a revisão e fortalecimento do Funcafé. Também para o longo prazo, Ribeiro salienta a necessidade de expansão das exportações brasileiras de café e de campanhas que estimulem o consumo interno e externo do produto. Ele afirmou, ainda, que é fundamental a criação de um "centro de inteligência do café", formado por técnicos que pensem dia e noite em políticas que possam estimular a produção e o consumo. Oswaldo Henrique Ribeiro participa do 1º Seminário de Café, promovido pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados.
Fabiola Salvador

15/04/2003 - CAFÉ: ABICS SUGERE ADOÇÃO DE MECANISMO DE DRAW-BACK PARA SETOR

Brasília, 15 - O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (Abics), Sérgio Coimbra, sugeriu hoje a adoção do mecanismo de draw-back no segmento de café (importação de matéria-prima para exportação de produto processado) como forma de garantir contratos para mercado tradicionais dos Estados Unidos e da Europa. "Só poderemos celebrar contratos de longo prazo se sinalizarmos para o mercado que dispomos de garantia de abastecimento de matéria-prima, mesmo que ocorram indesejáveis fenômenos climáticos", afirmou. Coimbra defendeu o draw-back sem restrições e acrescentou que esta é uma prática rotineira em todas as legislações dos países desenvolvidos. "O governo brasileiro já autoriza o draw-back para vários produtos agrícolas", garantiu Coimbra. Ele salientou que na necessidade de importação sejam cumpridos os requisitos fitossanitários exigidos pelo Ministério da Agricultura. Coimbra destacou também a cobrança de ICMS na compra de café verde e insumos. "Essas compras acumulam crédito de difícil recuperação, que subtraem recursos do capital de giro e oneram os custos financeiros das empresas", observou. O acúmulo de crédito no ICMS acontece desde a Lei Kandir, de setembro de 1996, e o problema, afirma Coimbra, não foi resolvido até agora pelo governo federal e estadual. As indústrias concorrentes instaladas no exterior importam nosso café verde, livre de ICMS, enquanto as indústrias brasileiras são compelidas a pagar o imposto. "Oxalá a reforma tributária corrija esse problema, sem esquecer de dar solução aos créditos já acumulados", acrescentou. Em sua apresentação durante o 1º Seminário de Café, que ocorre na Câmara dos deputados, Coimbra salientou que de 1993 a 2002 a exportação de café solúvel totalizou 23,7 milhões de sacas, em equivalente de café verde, com média anual de 2,3 milhões de sacas de 60 kg. Ele ressaltou que, com apoio do Itamaraty, o setor de solúvel conseguiu em 2002 suspender a cobrança da taxa discriminatória de 8,5% e 10,5%, que incidia desde o início da década de 90 sobre o café solúvel brasileiro exportado para a União Européia. "A tarifa foi provisoriamente substituída por um regime de cotas, o que resultou em aumento de 33% nas exportações, em comparação com 2001, nas vendas brasileiras de café solúvel para o mercado europeu. (segue) Fabiola Salvador

15/04/2003 - CAFÉ: PULITI SUGERE CONCESSÃO BÔNUS P/ CAFEICULTOR ADIMPLENTE

Brasília, 15 - O governo deveria conceder um bônus de 3,5% nas taxas de juros cobradas dos cafeicultores, desde que estivessem adimplentes junto ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). A sugestão é do presidente da Comissão de Café da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), João Roberto Puliti. Em fevereiro passado, o governo optou por elevar as taxas de juros nos financiamentos aos cafeicultores, de 9,5% para 13% ao ano. "A cafeicultura não está se negando a pagar as taxas de juros, mas o governo poderia prestigiar os produtores que estiverem cumprindo o pagamento suas dívidas". Ele considerou positivas as informações de que o governo deve lançar contratos de opção para café, com exercício em setembro e novembro. (segue) Fabiola Salvador

15/04/2003 - SOJA: 1ª CARGA DO BRASIL ESPERA PERMISSÃO DE QUARENTENA NA CHINA

São Paulo, 15 - A primeira carga de soja brasileira chegou à China, informaram hoje fontes da agência Dow Jones. O navio Panamax de 55 mil t está ancorado no porto de Qingdao no nordeste da província de Shandong, mas o comprador, Shandong Hualiang Cereals & Oils Ltd., disse que o desembarque depende ainda de permissão da Administração de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena. Segundo o vice-gerente geral, a permissão será emitida em um ou dois dias. Fornecedores externos de soja têm que pedir certificados de segurança sobre transgenia para o ministério chinês da Agricultura, e importadores precisam de permissões de rotulagem e permissões de quarentena antes de desembarcar qualquer carga importada de soja em grão. O governo já emitiu certificados de segurança e de rotulagem para a soja brasileira, mas a permissão de quarentena ainda está para ser emitida. Oficiais da Cofco (Cereals Oils & Foodstuffs Corp.), companhia estatal esmagadora de soja, ainda aguarda suas permissões de quarentena. As cargas de soja brasileira da nova safra começam a chegar nos portos chineses no fim de abril. Em 2002, o Brasil vendeu 3,9 mi/t de soja em grão para a China, ficando em segundo lugar no fornecimento de soja para o país, depois dos Estados Unidos. As

importações chinesas de soja brasileira em abril deve ficar entre 450 mil e 550 mil t, segundo a Grain & Oils Information Center. No mês, as importações de soja do Brasil e EUA devem ficar em 1,60 mi/t a 1,90 mi/t. Nos primeiros dois meses do ano, a China importou 2,02 mi/t de soja em grão, alta de 91% no ano, segundo os dados da alfândega chinesa, sendo 90% dos EUA e 9,5% do Brasil. As chegadas de soja em grão em março são estimadas em 2,2 mi a 2,3 mi/t, segundo estimativas de traders locais. As informações são da Dow Jones. Érica Junghans

15/04/2003 - SOJA TRANSGÊNICA É VENDIDA SEM CERTIFICAÇÃO (Gazeta Mercantil – Agribusiness, Neila Baldi da CNA)

A demora na regulamentação da Medida Provisória 113, que trata da comercialização da soja 2002/03, e os altos custos da certificação têm feito com que os produtores optem pela saída mais fácil: vender o produto como transgênico. Estima-se que 55% da produção nacional já foi comercializada. Nos bastidores do governo, fala-se que o decreto que regulamenta a rotulagem está pronto, mas na Casa Civil a assessoria de imprensa informa que ainda não há previsão de quando será publicado. Enquanto isso, os produtores vendem a safra como se não houvesse contaminação com os transgênicos.

"A safra está sendo vendida como se não houvesse MP", avalia Carlos Cogo, analista da Cogo Consultoria Agroeconômica. Segundo ele, a legislação mudou, mas na prática não tem sido cumprida e podem haver problemas quando embarques de soja transgênica chegarem a países que não aceitam esta tecnologia. Na avaliação de Cogo, há um impasse com a não regulamentação da MP. O texto determina que a soja e seus derivados devem ter rótulo com sua origem e presença de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Ao mesmo tempo, o Ministério da Agricultura publicou Instrução Normativa regulamentando a certificação da soja livre de OGMs. E é com base nela que os gaúchos têm vendido seus grãos. No Rio Grande do Sul, onde acredita-se que quase 80% da produção seja transgênica, a soja está sendo exportada com base nas informações do governo brasileiro enviadas à China - de que o grão é convencional, mas pode ter contaminação. Para o mercado interno, de acordo com o presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Sperotto, a venda está sendo realizada sem rótulo.

"A Instrução Normativa é muito clara; a rotulagem é só para o não transgênico", argumenta. Para o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Ezídio Pinheiro, o governo agiu tardiamente. "Quem vai fazer o teste agora? Não há mais como separar", afirma. Cerca de 30% da safra gaúcha já foi negociada.

"Para quem planta uma soja proibida, continuar na contravenção é mais um passo", avalia Sezifredo Paz, consultor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Segundo ele, as instituições contrárias à comercialização de transgênicos estão estudando que medida legal poderão tomar em relação a Medida Provisória.

Mesmo em estados considerados livres de OGMs, como Mato Grosso - onde 95% da safra foi cultivada com sementes certificadas - a comercialização está ocorrendo como se fosse contaminada. "A tendência é a safra ser vendida sem que o instrumento (referindo-se ao decreto) seja feito", diz Rosemeire Cristina dos Santos, economista da Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso (Famato). Naquele estado, 65% da produção foi vendida antecipadamente, sem certificação.

No Congresso Nacional, a MP não deve ser modificada substancialmente. Segundo o relator da comissão que analisa a medida provisória, deputado federal Josias Gomes (PT-BA), o texto não pode ser descaracterizado. Por isso, apesar de ouvir, nos próximos dias, setores pró e contra transgênicos, Gomes não pretende solicitar em seus relatório que seja rotulada apenas a soja OGM. Gomes acredita que o relatório seja finalizado na próxima semana e o novo texto levado a Plenário até o dia 11 de maio - quando trava a pauta.

Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária - PRODECOOP

Objetivo

Incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização, visando agregar valor à produção agropecuária.

Fonte de recursos

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Volume de recursos

• R\$ 250 milhões, a serem aplicados no período de 01/07/02 a 30/06/03.
• Sendo possível remanejar recursos de outros programas do BNDES para o Prodecoop.

Abrangência

Todo o território nacional.

Beneficiários

- Cooperativas de produção agropecuária.
- Cooperados, para integralização de cotas-partes vinculadas ao projeto a ser financiado.

Encargos financeiros

Taxa efetiva de juros de 10,75% ao ano.

Prazo de financiamento

- Até 12 anos de prazo, incluídos até 03 anos de carência.
- Pode ser concedido prazo de carência de até 3 anos para pagamento dos juros, caso o projeto demonstre necessidade nesse sentido.

Limite de financiamento

Limite de crédito de R\$ 20 milhões por cooperativa, observados os seguintes tetos, tomados com base no faturamento bruto anual verificado no último exercício fiscal:

- Até 70% do valor do projeto para cooperativas com faturamento superior a R\$ 100 milhões.
- Até 80% do valor do projeto para cooperativas com faturamento entre R\$ 50/100 milhões.
- Até 90% do valor do projeto para cooperativas com faturamento inferior a R\$ 50 milhões.

Risco operacional

Risco operacional do agente financeiro. As garantias ficarão a seu critério, observada as normas pertinentes do Banco Central do Brasil.

Itens financiáveis

- Estudos, projetos e tecnologia.
- Obras civis, instalações e outros.
- Máquinas e equipamentos nacionais.
- Despesas pré-operacionais.
- Despesas de importação.
- Capital de giro associado ao projeto de investimento, observados os limites vigentes no BNDES AUTOMÁTICO.
- Treinamento.
- Integralização de cotas-partes vinculadas ao projeto a ser financiado.
- **Setores e ações enquadráveis**

- Industrialização de derivados de oleaginosas.
- Realocação de plantas de processamento de leaginosas.
- Industrialização de carnes e pescados.
- Instalação de unidades de beneficiamento, Padronização e processamento de frutas, legumes e hortaliças.
- Implantação de indústrias para processamento de ovos.
- Modernização industrial e logística do setor lácteo.
- Implantação de indústrias de moagem de cereais.
- Industrialização de couro semi-acabado e acabado.
- Implantação de fábricas de ração.
- Industrialização de mandioca e seus derivados.
- Implantação de unidades industriais de cacau, chás e mate.
- Implantação ou ampliação de maltearias.
- Instalação de unidades industriais para produção de cafés de bebida superior.
- Implantação e realocação de plantas de beneficiamento de algodão, unidades de fiação, tecelagem e estamparia de algodão.
- Instalação, ampliação e modernização de unidades armazenadoras.
- Instalação de unidades e de sistemas de beneficiamento, padronização, acondicionamento e logística para exportação de produtos agropecuários.
- Implantação de sistemas para geração e co-geração de energia e linhas de ligação, como parte integrante de projeto de agroindústria.

Operacionalização

- **As cooperativas agropecuárias interessadas nos recursos do PRODECOOP deverão apresentar seus projetos ao BNDES para análise.**
- O BNDES opera direta ou indiretamente – indiretamente, através da rede de agentes financeiros públicos e privados credenciados, que compreende bancos de desenvolvimento, bancos de investimentos, bancos múltiplos, bancos comerciais e financeiras, **inclusive os Bancos Cooperativos.**
- O programa será operacionalizado segundo os procedimentos estabelecidos nas Políticas Operacionais do BNDES para o FINEM e o BNDES AUTOMÁTICO.
- Cada cooperativa (CNPJ) poderá ter financiamentos contratados no PRODECOOP no valor de até R\$ 20 milhões, sendo que a soma das operações por cooperativa no âmbito do BNDES AUTOMÁTICO não poderá ultrapassar o valor de R\$ 10 milhões.
- O BNDES define como industrialização qualquer projeto de implantação, expansão ou modernização.

Regulamentação

- BNDES: Carta Circular nº 03/2003, de 14/01/03.
- BACEN: Resolução nº 2.987, de 03/07/02.
- Min. Fazenda: Portaria nº 233/2002, de 17/07/02.

Apoio OCB

A Gerência Técnica – GETEC está à disposição das Organizações Estaduais do Sistema OCB e das Cooperativas para prestar maiores informações e esclarecimentos.